

A participação da população na tomada de decisões políticas tem sido apontada por teóricos como fundamental para o aprimoramento da democracia no país. Compreende-se, assim, uma perspectiva de democracia social-participativa, em que se busca ampliar os espaços públicos e superar uma perspectiva democrática minimalista e institucionalizada. Desta forma, diversos espaços institucionais têm sido construídos para ampliar o controle social sobre as políticas públicas, e, de forma indireta, acabam proporcionando espaços de participação popular aos cidadãos. Isto vem a proporcionar a construção de uma cultura política participativa nos cidadãos envolvidos. Contudo, o rompimento de uma cultura política autoritária não é tão simples e pressupõe que haja pessoas candidatas a ocupar esses espaços, mas o que se verifica é que poucos têm se disposto a participar. Este trabalho, portanto, busca analisar de que forma o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre (CMDCA) tem se constituído como um espaço de profusão da participação de diferentes cidadãos. A partir de um levantamento quantitativo de quais foram os representantes eleitos desde a primeira gestão em 1991, totalizando quase 20 anos de atividade em 11 gestões, verifica-se a frequência de participação destes atores na representação dos conselheiros eleitos para as gestões bienais. Identificando a rotatividade dos conselheiros eleitos no conselho, bem como a permanência destes. Analisa-se também o processo pelo qual são eleitos estes representantes, tanto das entidades de atendimento direto, quanto das entidades de atendimento indireto, nas Gestões do CMDCA. Busca-se, assim, verificar de que forma este espaço institucional tem-se efetivado como espaço de participação política para os cidadãos. Índices relativamente altos de permanência dos representantes institucionais e de seus representantes revelam uma dificuldade na renovação do quadro político do Conselho. Em que medida este fenômeno é específico deste caso, ou, ainda, é recorrente que as eleições sejam de forma pouco competitiva serão desenvolvidos na continuidade deste projeto.